



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Habeas Corpus n.: 0007221-35.2013.8.17.0000 (308.781-8)
Comarca: Olinda
Juízo: 1ª Vara Criminal
Impetrante: Eudes Clístenes Guerra Axiotes e outro
Paciente: Mark Vaz Silva
Procuradora de Justiça: Milta Maria Paes de Sá
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

EMENTA: HABEAS CORPUS. ROUBO. PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. FEITO. TRAMITAÇÃO NORMAL. SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE. AUSÊNCIA. AUDIÊNCIA DESIGNADA E EM VIAS DE OCORRER. ILEGALIDADE AUSENTE.

1. Aferir a alegação de excessiva dilação prazal exige mais que simples operação aritmética. Há que se cotejar as peculiaridades do caso concreto com o princípio da razoabilidade para verificar se a demora é injustificável ou se decorre de desídia do juiz ou da acusação, a ponto de tornar ilegal a prisão cautelar açoitada.
2. O prazo para formação da culpa, previsto no art. 412 do CPP, não é absoluto e intransponível, apto, por si só, a tinar de ilegalidade a prisão processual. Para tornar ilegítima a coação, mister que o retardo verificado seja irrazoável e injustificável, inócidente no caso em tela.
3. O feito transcorre normalmente, sem sofrer qualquer solução de continuidade, já estando designada a audiência de instrução e julgamento para data próxima, quando poderá chegar a termo a coleta judicial de provas e quiçá seja julgado o mérito da ação penal.
4. Ordem denegada. Prioridade recomendada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

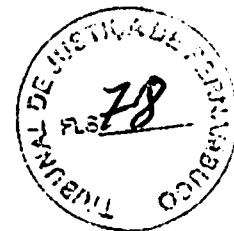
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus, em que figura como partes as acima nominadas. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada nesta data, à unanimidade, pela denegação da ordem, nos termos do relatório, votos e demais peças que integram o presente aresto.

Recife, 17 de setembro de 2013.

Des. Fausto Campos
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Habeas Corpus n.: 0007221-35.2013.8.17.0000 (308.781-8)
Comarca: Olinda
Juízo: 1ª Vara Criminal
Impetrante: Eudes Clistenes Guerra Axiotes e outro
Paciente: Mark Vaz Silva
Procuradora de Justiça: Milta Maria Paes de Sá
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

RELATÓRIO:

Cuida-se de habeas corpus impetrado em favor de **Mark Vaz Silva**, denunciado por infração ao art. 157, § 2º, I e II, do CPB, nos autos do Proc. nº 0000463-77.2013.8.17.0990, em curso perante o Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Olinda, aduzindo constrangimento ilegal por excesso de prazo.

À inicial acostou os documentos de fls. 10/30.

Pleito liminar indeferido (fl. 36). Informações requisitadas (fl. 37).

Telegrama do Superior Tribunal de Justiça requisitando informes para instruir habeas corpus impetrado pelo Paciente naquela Corte (fl. 41).

Por ofício de fls. 45/45v, a Juíza primeva, relatando a marcha processual e ressaltando a necessidade de se manter a medida extrema.

Informações prestadas ao col. STJ mediante ofício de fl. 50.

Originais do telegrama do STJ (fl. 53), instruído com cópias da decisão indeferitória do pleito liminar e da petição inicial (fls. 54/60).

A Procuradora de Justiça, Drª. Milta Maria Paes de Sá, emitiu parecer de fls. 68/70, opinando pela denegação da ordem.

Eis o importante a relatar.

VOTO

A impetração persegue o relaxamento da custódia cautelar que restringe a liberdade ambulatorial do Paciente, ao argumento de que suporta constrangimento ilegal por excesso de prazo, alegando que, quando da impetração, estariam presos há 170 dias, sem que iniciada a instrução criminal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

O Paciente, procedente do Estado de Goiás, foi autuado em flagrante delito no dia **13.01.2013**, sob acusação de, mediante violência de grave ameaça, consistente no emprego de arma de fogo e em concurso com terceiro não identificado, haver assaltado a Farmácia Big Ben, no bairro de Casa Caiada, em Olinda, e de lá subtraído vinte e oito aparelhos celulares.

Ofertada em **24.01.2013**, a denúncia foi recebida em **15.02.2013**.

Notificado, o Paciente apresentou resposta escrita à acusação, que por não veicular hipóteses de rejeição da denúncia ou de absolvição do réu, levou o juízo a ratificar o recebimento da exordial e designar a audiência de instrução e julgamento para o dia **04.11.2013**, salientando ser a data mais próxima desimpedida na extensa pauta de audiências, em virtude do elevado número de processos com réus presos, já anteriormente designadas.

Aferir a alegação de excessiva dilação prazal exige mais que simples operação aritmética. Há que se cotejar as peculiaridades do caso concreto com o princípio da razoabilidade para verificar se a demora é injustificável ou se decorre de desídia do juiz ou da acusação, a ponto de tornar ilegal a prisão cautelar açoitada.

O prazo para formação da culpa, previsto no art. 412 do CPP, não é absoluto e intransponível, apto, por si só, a tisanar de ilegalidade a prisão processual. Para tornar ilegítima a coação, mister que o eventual retardo verificado seja irrazoável e injustificável, o que inócorre no caso vertente.

O feito transcorre normalmente, sem sofrer qualquer solução de continuidade, já estando designada a audiência de instrução e julgamento para data próxima, quando poderá chegar a termo a coleta judicial de provas e quiçá, inclusive, seja julgado o mérito da ação penal.

Pelo exposto, **voto pela denegação da ordem**, recomendando ao juiz primevo que priorize o trâmite e julgamento da ação penal.

É como voto.

Recife, 17 de setembro de 2013.

Des. Fausto Campos

Relator